08

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE ALEGRE DE SERGIPE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N°. 07/2019

RATIFICO à presente **JUSTIFICATIVA.**

Publique-se, providencie-se o contrato.
Monte Alegre de Sergipe/SE, 08 de 04 de 2019.

Maria Cristina de Oliveira
MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

BASE LEGAL: ART. 24, INCISO II DA LEI N°. 8.666/93 E POSTERIORES ALTERAÇÕES.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMERAS E PONTOS ELETRÔNICOS COM INSTALAÇÃO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E PARA A CLINICA MARIETA NO MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE DE SERGIPE/SE.

JUSTIFICATIVA

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Monte Alegre de Sergipe/SE, instituída pela Portaria n°. 325 de 31 de Janeiro de 2019, vem pelo presente justificar a dispensa de licitação para **AQUISIÇÃO DE CAMERAS E PONTOS ELETRÔNICOS COM INSTALAÇÃO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E PARA A CLINICA MARIETA NO MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE DE SERGIPE/SE**, se adequando à hipótese de dispensa de licitação, capitulada no artigo 24 inciso II da Lei nº. 8.666/93 e suas posteriores alterações;

CONSIDERANDO, que a Prestação de Serviços acima exposta, será necessária para que o Fundo Municipal de Saúde cumpra de forma satisfatória com os princípios que regem as leis;

CONSIDERANDO, ser dispensável a licitação onde a Administração Pública tem a faculdade, a opção de realizar ou não o procedimento licitatório. É critério discricionário da Administração, mas não arbitrário motivo pelo qual deverá ser razoavelmente justificado, respeitando todos os requisitos impostos pela Lei de Licitações. É a valiosa lição de Carlos Ari Sundfeld, citado por Fernando Anselmo Rodrigues: *se o caso concreto não é daqueles onde se vislumbra a real inconveniência de licitar, a dispensa não se justifica, mesmo quando, à primeira*

vista, ele pareça enquadrar-se na descrição normativa tomada em abstrato. Cada hipótese de dispensa descrita na lei tem por trás uma finalidade de interesse público a ensejá-la. Se, em virtude das peculiaridades do caso concreto, tal finalidade não é atingida com a dispensa, a norma não pode incidir'. Ou seja, cada caso deve ser analisado em particular, com o fito de aferir com precisão se a dispensa é ou não justificável;

***CONSIDERANDO**, que o* interesse público é a finalidade única da Administração. Todo ato de gestão tem por objetivo o interesse público, o qual somente pode ser apurado com a motivação do ato administrativo, que pode ser resumida no objeto de democratização do exercício da função administrativa, dentro da qual se englobam o aperfeiçoamento desse exercício, a interpretação e o controle do ato. A motivação é obrigatória para os atos administrativos vinculados ou quando a lei ou outra norma jurídica assim o determina. É a explicação dos pressupostos fáticos que levaram a Administração a editar o ato administrativo. Em vista dos seus fundamentos e finalidades, a motivação o é princípio de boa administração do Estado de Direito. Segundo o Professor Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, citado na obra de Carlos Pinto Coelho Motta, Eficácia nas Licitações e Contratos, a livre discricionariedade não faz, como nunca fez, medida jurídica aconselhável. Não bastam os elementos formais do ato, indicados pela doutrina. Algo mais se faz necessário: uma motivação explícita e uma finalidade correspondente dirigida ao interesse público.

CONSIDERANDO, a obrigação da Administração Pública Municipal de prestar um serviço eficiente e voltado ao interesse público, e que a empresa **ANGELO MORENO SILVA DE OLIVEIRA ME**, oferece o objeto proposto de forma satisfatória;

CONSIDERANDO, por ultimo, que o preço contratual a ser pactuado, encontra-se compatível com os praticados no mercado e no âmbito da Administração Pública Municipal, sim vejamos através dos orçamentos elencados no presente processo;
Pelos substratos fáticos, jurídicos e probatórios acima elencados, opina a Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Sergipe, pelo acatamento da aquisição de câmeras e pontos eletrônicos com instalação para a Secretaria Municipal de Saúde e para a Clinica Marieta no município de Monte Alegre de Sergipe, devido sua urgência e no mesmo diapasão, se pronuncia favoravelmente à celebração do contrato, com a dispensa do prévio processo licitatório, *ex vi* do Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas posteriores alterações. Submetemos à presente JUSTIFICATIVA a apreciação da Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal de Monte Alegre de Sergipe, para que, na hipótese de ratificação da mesma, determine a sua publicação, na forma do Art. 13, inciso XII, da Constituição Estadual, como *conditio sine qua non* para eficácia deste ato.

Encaminhe-se à presente JUSTIFICATIVA para ratificação do Exmº. Srª. Prefeita do Município de Monte Alegre de Sergipe e posterior publicação para conhecimento dos interessados.

10

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE ALEGRE DE SERGIPE

Monte Alegre de Sergipe/SE, 08 de Abril de 2019.

Neire Ma Froes da Silva
NEIRE MARIA FROES DA SILVA
-Presidente da CPL

JOSE LUCILDO DE GOES
Secretário da CPL

Robson celestino dos Santos
ROBSON CELESTINO DOS SANTOS
Membro da CPL

Av. Manoel Elígio da Mota, 660, CEP 49.690.000. Monte Alegre de Sergipe - SE
CNPJ- 11.602.838/0001-71 - Tele fax: 79 3318-1744 e-mail: saudealegre@hotmail.com